

COM BASE NO EDITAL DE ABERTURA Nº 002/2025



VIANA-ES

PREFEITURA MUNICIPAL DE VIANA - ESPÍRITO SANTO

PROFESSOR DE EDUCAÇÃO INFANTIL - PEB I

- ▶ Língua Portuguesa
- ▶ Matemática Aplicada
- ▶ Legislação Municipal
- ▶ Conhecimentos Didático-Pedagógicos
- ▶ Conhecimentos Específicos



BÔNUS
CURSO ON-LINE

- PORTUGUÊS
- INFORMÁTICA



AVISO IMPORTANTE: **Este é um Material de Demonstração**

Este arquivo representa uma prévia exclusiva da apostila.

Aqui, você poderá conferir algumas páginas selecionadas para conhecer de perto a qualidade, o formato e a proposta pedagógica do nosso conteúdo. Lembramos que este não é o material completo.



POR QUE INVESTIR NA APOSTILA COMPLETA?



- × Conteúdo totalmente alinhado ao edital.
- × Teoria clara, objetiva e sempre atualizada.
- × Dicas práticas, quadros de resumo e linguagem descomplicada.
- × Questões gabaritadas
- × Bônus especiais que otimizam seus estudos.

Aproveite a oportunidade de intensificar sua preparação com um material completo e focado na sua aprovação:
Acesse agora: www.apostilasopcao.com.br

Disponível nas versões impressa e digital, com envio imediato!

Estudar com o material certo faz toda a diferença na sua jornada até a APROVAÇÃO.





VIANA-ES

PREFEITURA MUNICIPAL DE VIANA - ESPÍRITO SANTO

PROFESSOR DE EDUCAÇÃO INFANTIL - PEB I

EDITAL DE ABERTURA Nº 002/2025

CÓD: OP-001DZ-25
7908403584772

ÍNDICE

Língua Portuguesa

| | |
|---|----|
| 1. Compreensão e interpretação de textos | 9 |
| 2. Figuras..... | 12 |
| 3. Coesão e coerência | 16 |
| 4. Tipologia e gênero textual | 17 |
| 5. Significação das palavras; Semântica e estilística; Denotação e conotação..... | 21 |
| 6. Emprego das classes de palavras | 24 |
| 7. Sintaxe da oração e do período | 31 |
| 8. Pontuação | 36 |
| 9. Concordância verbal e nominal | 37 |
| 10. Regência verbal e nominal..... | 39 |
| 11. Estudo da crase | 40 |
| 12. Conhecimentos de elaboração de correspondências, protocolos circulares e ofícios..... | 41 |

Matemática Aplicada

| | |
|---|----|
| 1. Números e operações: cálculo aritmético, porcentagens, acréscimos e descontos | 61 |
| 2. Álgebra e funções | 66 |
| 3. Proporcionalidade, grandezas diretamente proporcionais e grandezas inversamente proporcionais | 80 |
| 4. Sequências | 81 |
| 5. Grandezas e medidas: áreas e perímetros de figuras planas..... | 83 |
| 6. Probabilidade e estatística: tratamento da informação, leitura e representação da informação em gráficos, tabelas e pictogramas e medidas de tendência central | 95 |

Legislação Municipal

| | |
|---|-----|
| 1. Lei Orgânica do Município de Viana/ES | 113 |
| 2. Lei nº 3.492, de 15 de outubro de 2025 - Plano de Cargos, Carreira e Remuneração dos Profissionais do Magistério Público do Município de Viana/ES..... | 138 |
| 3. Lei Complementar nº 1.648, de 30 de julho de 2003 - Estatuto do Magistério Público do Município e Viana/ES..... | 145 |

Conhecimentos Didático-Pedagógicos

| | |
|---|-----|
| 1. Fundamentos da educação: conceitos e concepções pedagógicas, seus fins e papel na sociedade ocidental contemporânea..... | 159 |
| 2. Principais aspectos históricos da educação brasileira..... | 165 |
| 3. Aspectos legais e políticos da organização da educação brasileira: as Diretrizes Curriculares Nacionais e suas implicações na prática pedagógica | 167 |
| 4. Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA)..... | 174 |
| 5. Lei Federal nº 9394/1996 e alterações posteriores | 214 |
| 6. Parâmetros Curriculares Nacionais | 233 |

ÍNDICE

| | |
|--|-----|
| 1. Competências e habilidades propostas pela Base Nacional Comum Curricular (BNCC) da educação básica | 244 |
| 2. Constituição Federal de 1988 - Cap. III | 287 |
| 3. Educação, trabalho, formação profissional e as transformações da educação básica | 291 |
| 4. Função histórica e social da escola: a escola como campo de relações (espaços de diferenças, contradições e conflitos) para o exercício e a formação da cidadania, difusão e construção do conhecimento | 292 |
| 5. Organização do processo didático: planejamento, estratégias e metodologias avaliação | 294 |
| 6. Avaliação como processo contínuo, investigativo e inclusivo | 296 |
| 7. A didática como fundamento epistemológico do fazer docente | 297 |
| 8. Currículo e cultura | 299 |
| 9. Conteúdos curriculares e aprendizagem | 302 |
| 10. Projetos de trabalho | 305 |
| 11. Interdisciplinaridade e contextualização | 308 |
| 12. Multiculturalismo | 310 |
| 13. A escola e o Projeto Político-Pedagógico (PPP) | 313 |
| 14. O espaço da sala de aula como ambiente interativo | 315 |
| 15. A atuação do professor mediador e a atuação do aluno como sujeito na construção do conhecimento | 316 |
| 16. Planejamento e gestão educacional | 321 |
| 17. Gestão da aprendizagem | 324 |
| 18. Professor: formação e profissão | 332 |
| 19. A pesquisa na prática docente | 334 |
| 20. A educação em sua dimensão teórico-filosófica: filosofias tradicionais da educação e teorias educacionais contemporâneas | 337 |
| 21. As concepções de aprendizagem aluno-ensino-professor nas abordagens teóricas | 338 |
| 22. Principais teorias e práticas na educação | 341 |
| 23. As bases empíricas, metodológicas e epistemológicas das diversas teorias de aprendizagem. Contribuições de Piaget, Vygotsky | 346 |
| 24. Temas contemporâneos: bullying | 356 |
| 25. O papel da escola | 357 |
| 26. A escolha da profissão | 358 |
| 27. Transtornos alimentares na adolescência | 358 |
| 28. Família | 359 |
| 29. Escolhas sexuais | 360 |
| 30. A valorização das diferenças individuais, de gênero, étnicas e socioculturais | 362 |

Conhecimentos Específicos

Professor de Educação infantil - PEB I

| | |
|--|-----|
| 1. Referencial Curricular Nacional para a Educação Infantil (RCNEI) | 369 |
| 2. Parâmetros Curriculares Nacionais (PCN) | 369 |
| 3. Base Nacional Comum Curricular (BNCC) | 369 |
| 4. Direito à educação: legislação educacional brasileira | 375 |
| 5. Bases legais e a oferta da educação infantil no país | 376 |
| 6. História da educação infantil | 377 |
| 7. Criança e infância: conceito de infância; tipos de famílias; e, suas historicidades; Visão histórica e crítica: principais concepções de infância; criança; e, educação infantil na contemporaneidade | 378 |
| 8. Infância e práticas cotidianas: contribuição da psicologia; sociologia; e, antropologia | 380 |
| 9. Conhecimentos da prática de ensino: processo e conteúdo de ensino-aprendizagem; organização do tempo e do espaço; atividades conhecimento | 382 |
| 10. Avaliação e cotidiano escolar; e, projetos de trabalho | 383 |
| 11. O cuidar e o educar | 383 |
| 12. Organização de atividades diárias: sono/alimentação; higiene; primeiros-socorros; e, cuidados essenciais | 386 |
| 13. Concepções de ludicidade: jogo; brinquedo; brincadeira; interações | 388 |
| 14. Linguagem no processo de aprendizagem e desenvolvimento da criança | 394 |
| 15. Desenvolvimento da escrita | 396 |
| 16. Audição e leitura; métodos, técnicas; habilidades; e, instrumentos | 399 |
| 17. Linguagem verbal e não verbal; aquisição da linguagem; relações entre escrita e oralidade. A criança e a sociedade letrada | 402 |
| 18. Ética profissional | 404 |

LÍNGUA PORTUGUESA

COMPREENSÃO E INTERPRETAÇÃO DE TEXTOS

A compreensão e a interpretação de textos são habilidades essenciais para que a comunicação alcance seu objetivo de forma eficaz. Em diversos contextos, como na leitura de livros, artigos, propagandas ou imagens, é necessário que o leitor seja capaz de entender o conteúdo proposto e, além disso, atribuir significados mais amplos ao que foi lido ou visto.

Para isso, é importante distinguir os conceitos de compreensão e interpretação, bem como reconhecer que um texto pode ser verbal (composto por palavras) ou não-verbal (constituído por imagens, símbolos ou outros elementos visuais).

Compreender um texto implica decodificar sua mensagem explícita, ou seja, captar o que está diretamente apresentado. Já a interpretação vai além da compreensão, exigindo que o leitor utilize seu repertório pessoal e conhecimentos prévios para gerar um sentido mais profundo do texto. Dessa forma, dominar esses dois processos é essencial não apenas para a leitura cotidiana, mas também para o desempenho em provas e concursos, onde a análise de textos e imagens é frequentemente exigida.

Essa distinção entre compreensão e interpretação é crucial, pois permite ao leitor ir além do que está explícito, alcançando uma leitura mais crítica e reflexiva.

CONCEITO DE COMPREENSÃO

A compreensão de um texto é o ponto de partida para qualquer análise textual. Ela representa o processo de decodificação da mensagem explícita, ou seja, a habilidade de extrair informações diretamente do conteúdo apresentado pelo autor, sem a necessidade de agregar inferências ou significados subjetivos. Quando compreendemos um texto, estamos simplesmente absorvendo o que está dito de maneira clara, reconhecendo os elementos essenciais da comunicação, como o tema, os fatos e os argumentos centrais.

► A Compreensão em Textos Verbais

Nos textos verbais, que utilizam a linguagem escrita ou falada como principal meio de comunicação, a compreensão passa pela habilidade de ler com atenção e reconhecer as estruturas linguísticas. Isso inclui:

- **Vocabulário** : O entendimento das palavras usadas no texto é fundamental. Palavras desconhecidas podem comprometer a compreensão, tornando necessário o uso de dicionários ou ferramentas de pesquisa para esclarecer o significado.
- **Sintaxe**: A maneira como as palavras estão organizadas em frases e parágrafos também influencia o processo de compreensão. Sentenças complexas, inversões sintáticas ou o

- uso de conectores como conjunções e preposições requerem atenção redobrada para garantir que o leitor compreenda as relações entre as ideias.

- **Coesão e coerência**: são dois pilares essenciais da compreensão. Um texto coeso é aquele cujas ideias estão bem conectadas, e a coerência se refere à lógica interna do texto, onde as ideias se articulam de maneira fluida e compreensível.

Ao realizar a leitura de um texto verbal, a compreensão exige a decodificação de todas essas estruturas. É a partir dessa leitura atenta e detalhada que o leitor poderá garantir que absorveu o conteúdo proposto pelo autor de forma plena.

► A Compreensão em Textos Não-Verbais

Além dos textos verbais, a compreensão se estende aos textos não-verbais, que utilizam símbolos, imagens, gráficos ou outras representações visuais para transmitir uma mensagem. Exemplos de textos não-verbais incluem obras de arte, fotografias, infográficos e até gestos em uma linguagem de sinais.

A compreensão desses textos exige uma leitura visual aguçada, na qual o observador decodifica os elementos presentes, como:

- **Cores**: As cores desempenham um papel comunicativo importante em muitos contextos, evocando emoções ou sugerindo informações adicionais. Por exemplo, em um gráfico, cores diferentes podem representar categorias distintas de dados.
- **Formas e símbolos**: Cada forma ou símbolo em um texto visual pode carregar um significado próprio, como sinais de trânsito ou logotipos de marcas. A correta interpretação desses elementos depende do conhecimento prévio do leitor sobre seu uso.
- **Gestos e expressões**: Em um contexto de comunicação corporal, como na linguagem de sinais ou em uma apresentação oral acompanhada de gestos, a compreensão se dá ao identificar e entender as nuances de cada movimento.

► Fatores que Influenciam a Compreensão

A compreensão, seja de textos verbais ou não-verbais, pode ser afetada por diversos fatores, entre eles:

- **Conhecimento prévio**: Quanto mais familiarizado o leitor estiver com o tema abordado, maior será sua capacidade de compreender o texto. Por exemplo, um leitor que já conhece o contexto histórico de um fato poderá compreender melhor uma notícia sobre ele.
- **Contexto**: O ambiente ou a situação em que o texto é apresentado também influencia a compreensão. Um texto jornalístico, por exemplo, traz uma mensagem diferente dependendo de seu contexto histórico ou social.



AMOSTRA

▪ **Objetivos da leitura:** O propósito com o qual o leitor aborda o texto impacta a profundidade da compreensão. Se a leitura for para estudo, o leitor provavelmente será mais minucioso do que em uma leitura por lazer.

► Compreensão como Base para a Interpretação

A compreensão é o primeiro passo no processo de leitura e análise de qualquer texto. Sem uma compreensão clara e objetiva, não é possível seguir para uma etapa mais profunda, que envolve a interpretação e a formulação de inferências. Somente após a decodificação do que está explicitamente presente no texto, o leitor poderá avançar para uma análise mais subjetiva e crítica, onde ele começará a trazer suas próprias ideias e reflexões sobre o que foi lido.

Em síntese, a compreensão textual é um processo que envolve a decodificação de elementos verbais e não-verbais, permitindo ao leitor captar a mensagem essencial do conteúdo. Ela exige atenção, familiaridade com as estruturas linguísticas ou visuais e, muitas vezes, o uso de recursos complementares, como dicionários. Ao dominar a compreensão, o leitor cria uma base sólida para interpretar textos de maneira mais profunda e crítica.

► Textos Verbais e Não-Verbais

Na comunicação, os textos podem ser classificados em duas categorias principais: verbais e não-verbais. Cada tipo de texto utiliza diferentes recursos e linguagens para transmitir suas mensagens, sendo fundamental que o leitor ou observador saiba identificar e interpretar corretamente as especificidades de cada um.

► Textos Verbais

Os textos verbais são aqueles constituídos pela linguagem escrita ou falada, onde as palavras são o principal meio de comunicação. Eles estão presentes em inúmeros formatos, como livros, artigos, notícias, discursos, entre outros. A linguagem verbal se apoia em uma estrutura gramatical, com regras que organizam as palavras e frases para transmitir a mensagem de forma coesa e compreensível.

► Características dos Textos Verbais:

- **Estrutura Sintática:** As frases seguem uma ordem gramatical que facilita a decodificação da mensagem.
- **Uso de Palavras:** As palavras são escolhidas com base em seu significado e função dentro do texto, permitindo ao leitor captar as ideias expressas.
- **Coesão e Coerência:** A conexão entre frases, parágrafos e ideias deve ser clara, para que o leitor compreenda a linha de raciocínio do autor.

Exemplos de textos verbais incluem:

- **Livros e artigos:** Onde há um desenvolvimento contínuo de ideias, apoiado em argumentos e explicações detalhadas.
- **Diálogos e conversas:** Que utilizam a oralidade para interações mais diretas e dinâmicas.
- **Panfletos e propagandas:** Usam a linguagem verbal de forma concisa e direta para transmitir uma mensagem específica.

A compreensão de um texto verbal envolve a decodificação de palavras e a análise de como elas se conectam para construir significado. É essencial que o leitor identifique o tema, os argumentos centrais e as intenções do autor, além de perceber possíveis figuras de linguagem ou ambiguidades.

TEXTOS NÃO-VERBAIS

Os textos não-verbais utilizam elementos visuais para se comunicar, como imagens, símbolos, gestos, cores e formas. Embora não usem palavras diretamente, esses textos transmitem mensagens completas e são amplamente utilizados em contextos visuais, como artes visuais, placas de sinalização, fotografias, entre outros.

► Características dos Textos Não-Verbais:

- **Imagens e símbolos:** Carregam significados culturais e contextuais que devem ser reconhecidos pelo observador.
- **Cores e formas:** Podem ser usadas para evocar emoções ou destacar informações específicas. Por exemplo, a cor vermelha em muitos contextos pode representar perigo ou atenção.
- **Gestos e expressões:** Na comunicação corporal, como na linguagem de sinais ou na expressão facial, o corpo desempenha o papel de transmitir a mensagem.

Exemplos de textos não-verbais incluem:

- **Obras de arte:** Como pinturas ou esculturas, que comunicam ideias, emoções ou narrativas através de elementos visuais.
- **Sinais de trânsito:** Que utilizam formas e cores para orientar os motoristas, dispensando a necessidade de palavras.
- **Infográficos:** Combinações de gráficos e imagens que transmitem informações complexas de forma visualmente acessível.

A interpretação de textos não-verbais exige uma análise diferente da dos textos verbais. É necessário entender os códigos visuais que compõem a mensagem, como as cores, a composição das imagens e os elementos simbólicos utilizados. Além disso, o contexto cultural é crucial, pois muitos símbolos ou gestos podem ter significados diferentes dependendo da região ou da sociedade em que são usados.

RELAÇÃO ENTRE TEXTOS VERBAIS E NÃO-VERBAIS

Embora sejam diferentes em sua forma, textos verbais e não-verbais frequentemente se complementam. Um exemplo comum são as propagandas publicitárias, que utilizam tanto textos escritos quanto imagens para reforçar a mensagem. Nos livros ilustrados, as imagens acompanham o texto verbal, ajudando a criar um sentido mais completo da história ou da informação.

Essa integração de elementos verbais e não-verbais é amplamente utilizada para aumentar a eficácia da comunicação, tornando a mensagem mais atraente e de fácil entendimento. Nos textos multimodais, como nos sites e nas redes sociais, essa combinação é ainda mais evidente, visto que o público interage simultaneamente com palavras, imagens e vídeos, criando uma



MATEMÁTICA APLICADA

NÚMEROS E OPERAÇÕES: CÁLCULO ARITMÉTICO, PORCENTAGENS, ACRÉSCIMOS E DESCONTOS

As operações básicas da matemática são a fundação sobre a qual todo o conhecimento matemático é construído. Elas formam a base dos cálculos e são essenciais para a compreensão de conceitos mais avançados. A seguir, abordaremos as operações de adição, subtração, multiplicação, divisão, potenciação e radiciação, explorando suas definições e propriedades.

Adição (+)

A adição é a operação que determina um número para representar a junção de quantidades.

Exemplo: $2 + 3 = 5$

Os números 2 e 3 são chamados de parcelas, e o número 5 é a soma.

Propriedades da Adição:

► **Propriedade Comutativa:** A ordem dos números não altera o resultado.

$$a + b = b + a$$

Exemplo: $1 + 2 = 2 + 1$

► **Propriedade Associativa:** A maneira como os números são agrupados não altera o resultado.

$$(a + b) + c = a + (b + c)$$

Exemplo: $(1 + 2) + 3 = 1 + (2 + 3)$

► **Elemento Neutro:** O zero é o elemento neutro da adição, pois qualquer número somado a zero resulta no próprio número.

$$a + 0 = a = 0 + a$$

Exemplo: $0 + 3 = 3$

► **Fechamento:** A soma de dois números naturais é sempre um número natural.

$$a + b \text{ é um número natural}$$

Subtração (-)

A subtração é a operação que determina um número para representar a diminuição de quantidades.

Exemplo: $5 - 4 = 1$

Propriedades da Subtração:

► **Propriedade Não Comutativa:** A ordem dos números altera o resultado.

$$a - b \neq b - a$$

Exemplo: $5 - 2 \neq 2 - 5$

► **Propriedade Não Associativa:** A maneira como os números são agrupados altera o resultado.

$$(a - b) - c \neq a - (b - c)$$

Exemplo: $(6 - 4) - 1 \neq 6 - (4 - 1)$

► **Elemento Oposto:** Para cada número a , existe um número $-a$ tal que sua soma seja zero.

$$a + (-a) = 0$$

► **Fechamento:** A diferença de dois números naturais só é possível quando o minuendo é maior ou igual ao subtraendo.

$$a - b \text{ é um número natural se } a \geq b$$

Multiplicação (×)

A multiplicação é a operação que determina a soma de parcelas iguais. Pode ser indicada por "×", "·" ou "*".

Exemplo: $4 \times 5 = 20$

Propriedades da Multiplicação:

► **Propriedade Comutativa:** A ordem dos fatores não altera o produto.

$$a \times b = b \times a$$

Exemplo: $2 \times 7 = 7 \times 2$

► **Propriedade Associativa:** A maneira como os fatores são agrupados não altera o produto.

$$(a \times b) \times c = a \times (b \times c)$$

Exemplo: $(3 \times 5) \times 2 = 3 \times (5 \times 2)$



AMOSTRA

► **Elemento Neutro:** O número um é o elemento neutro da multiplicação, pois qualquer número multiplicado por um resulta no próprio número.

$$a \times 1 = a = 1 \times a$$

Exemplo: $1 \times 4 = 4$

► **Elemento Absorvente:** O número zero é o elemento absorvente da multiplicação, pois qualquer número multiplicado por zero resulta em zero.

$$a \times 0 = 0 = 0 \times a$$

► **Distributiva:** A multiplicação é distributiva em relação à adição.

$$a \times (b + c) = (a \times b) + (a \times c)$$

Exemplo: $2 \times (4 + 6) = 2 \times 4 + 2 \times 6$

► **Fechamento:** O produto de dois números naturais é sempre um número natural.

$$a \times b \text{ é um número natural}$$

Divisão (\div)

A divisão é a operação inversa da multiplicação e está ligada à ação de repartir em partes iguais. Pode ser indicada por “ \div ”, “:” ou “/”.

Exemplo: $8 \div 4 = 2$

Tipos de Divisão:

► **Divisão Exata:** O quociente é um número inteiro, e o resto é zero.

Exemplo: $8 \div 4 = 2$

► **Divisão não-exata:** O quociente não é um número inteiro, e o resto é diferente de zero.

Exemplo: $9 \div 4 = 2$ com resto 1

Propriedades da Divisão:

► **Propriedade Não Comutativa:** A ordem dos números altera o quociente.

$$a \div b \neq b \div a$$

Exemplo: $15 \div 5 \neq 5 \div 15$

► **Propriedade Não Associativa:** A maneira como os números são agrupados altera o quociente.

$$(a \div b) \div c \neq a \div (b \div c)$$

Exemplo: $(12 \div 6) \div 2 \neq 12 \div (6 \div 2)$

► **Elemento Neutro:** O número um é o elemento neutro da divisão, pois qualquer número dividido por um resulta no próprio número.

$$a \div 1 = a$$

Exemplo: $3 \div 1 = 3$

► **Divisão por Zero:** Não é definida, pois não há número que multiplicado por zero resulte em um número diferente de zero.

$$a \div 0 \text{ é indefinido}$$

► **Fechamento:** A divisão de dois números naturais pode não ser um número natural.

$$5 \div 3 \notin \mathbb{N}$$

Potenciação ($^$)

A potenciação é a operação de elevar um número a uma potência, representando multiplicações repetidas de um mesmo número.

Exemplo: $2^3 = 2 \times 2 \times 2 = 8$

Propriedades da Potenciação:

► **Propriedade de potências de mesma base:** A ordem dos expoentes não altera o resultado quando a base é a mesma.

$$a^m \times a^n = a^{m+n}$$

Exemplo: $2^3 \times 2^2 = 2^{3+2} = 2^5 = 32$

► **Propriedade Distributiva sobre a Multiplicação:** A potenciação é distributiva sobre a multiplicação.

$$(a \times b)^n = a^n \times b^n$$

Exemplo: $(2 \times 3)^2 = 2^2 \times 3^2 = 4 \times 9 = 36$

► **Elemento Neutro:** Qualquer número elevado à potência zero é igual a um.

$$a^0 = 1$$

Exemplo: $5^0 = 1$

► **Potenciação de Um:** O número 1 elevado a qualquer potência é igual a um.

$$1^n = 1$$

Exemplo: $1^8 = 1$

► **Potência de Potência:** Multiplica-se os expoentes.

$$(a^m)^n = a^{m \times n}$$

Exemplo: $(2^3)^2 = 2^{3 \times 2} = 2^6 = 64$



LEGISLAÇÃO MUNICIPAL

LEI ORGÂNICA DO MUNICÍPIO DE VIANA/ES

LEI Nº 1/1990, DE 03 DE ABRIL DE 1990

Nós, os legítimos representantes do povo vianense, reunidos sob a proteção de DEUS em Câmara Municipal Constituinte, imbuídos do espírito de consolidação dos ideais de toda a nossa gente rumo a uma sociedade mais justa e participativa, respeitados os direitos individuais, sociais e coletivos, objetivando a construção de um governo municipal democrático pelo respeito à justiça e à igualdade e ao bem-estar de todos, promulgamos a seguinte LEI ORGÂNICA DO MUNICÍPIO DE VIANA.

TÍTULO I DA ORGANIZAÇÃO MUNICIPAL

CAPÍTULO ÚNICO DO MUNICÍPIO DE VIANA

SEÇÃO I DISPOSIÇÕES PRELIMINARES

Art. 1º - O Município de Viana integra, com autonomia política, administrativa e financeira, a República Federativa do Brasil e o Estado do Espírito Santo, nos termos das Constituições Federal e Estadual.

§ 1º - O Município de Viana organiza-se e rege-se por esta Lei Orgânica e as leis que adotar, observados os princípios da Constituição Federal.

§ 2º - A Lei Orgânica tem supremacia sobre as leis e demais atos normativos municipais.

§ 3º - A Cidade de Viana é a sede do governo do Município.

§ 4º - O governo municipal é exercido pela câmara Vereadores e pelo Prefeito, de forma harmônica e independente.

Art. 2º - O território do Município de Viana tem os limites que lhes são assegurados pela tradição, documentos históricos, leis e julgados, não podendo ser alterado senão nos casos previstos em lei complementar estadual específica.

Art. 3º - são símbolos do Município de Viana a bandeira, as armas e o hino adotados na data da promulgação desta Lei Orgânica, além de outros que a lei venha a estabelecer.

Art. 4º - O Município assegurará nos termos da lei, o caráter democrático na formulação e execução das políticas públicas em seu território, com a participação da coletividade, como também facultará o permanente controle popular da legalidade e da moralidade dos atos do Poder Público.

Parágrafo único - O Município, além de outras formas de participação popular previstas nesta lei, assegurará a participação na administração pública, de órgãos colegiados e associações civis.

Art. 5º - A soberania popular será exercida pelo sufrágio universal e pelo voto direto e secreto, com valor igual para todos e mediante plebiscito, referendo, pela iniciativa popular no processo legislativo, pela participação popular nas decisões e na fiscalização dos atos e contas da administração municipal.

Art. 6º - O Município garantirá pela lei e demais atos de seus órgãos e agentes a imediata e plena efetividade dos direitos e garantias individuais e coletivos mencionados nas Constituições Federal e Estadual além dos constantes nos tratados e convenções internacionais firmadas pela República federativa do Brasil.

Parágrafo único - As omissões dos agentes do Poder Público Municipal que tornem inviável o exercício dos direitos constitucionais do cidadão e das autoridades serão sanadas na esfera administrativa, sob pena de responsabilidade da autoridade competente, no prazo de trinta dias, após requerimento do interessado.

SEÇÃO II DA COMPETÊNCIA

Art. 7º - Ao Município de Viana compete prover a tudo quanto respeite ao seu interesse local e ao bem-estar de sua população, cabendo-lhe, privativamente, entre outras, as seguintes atribuições:

I - elaborar o orçamento, prevendo a receita e fixando a despesa, com base em planejamento adequado;

II - instituir e arrecadar tributos, fixar e cobrar preços e tarifas;

III - dispor sobre a organização e a execução de seus serviços públicos;

IV - organizar o quadro e estabelecer o regime jurídico de seus servidores;

V - dispor sobre a administração, utilização e alienação de seus bens;

VI - adquirir bens, inclusive mediante desapropriação por necessidade ou utilidade pública ou ainda por interesse social;

VII - dispor sobre concessão e permissão para a exploração de serviços públicos locais;

VIII - elaborar o seu plano de desenvolvimento integrado;

IX - estabelecer normas de edificação, de loteamento, de aruamento e de zoneamento urbano, bem como as limitações urbanísticas convenientes à ordenação de seu território;

X - estabelecer servidões administrativas necessárias aos seus serviços;

XI - regulamentar a utilização dos logradouros públicos e, especialmente, no perímetro urbano:

a) determinar o itinerário e os pontos de parada dos transportes coletivos;

b) fixar os locais de estacionamento de táxis e demais veículos;

c) conceder, permitir ou autorizar serviços de transportes coletivos e de táxis e fixar as respectivas tarifas;



AMOSTRA

d) fixar e sinalizar os limites das “zonas de silêncio” e de trânsito e tráfego em condições especiais;

e) disciplinar os serviços de carga e descarga e fixar tonelagem máxima permitida a veículos que circulem em vias públicas municipais;

XII - sinalizar as vias urbanas e as estradas municipais bem como regulamentar e fiscalizar a sua utilização;

XIII - prover sobre limpeza das vias e logradouros públicos, remoção e destino do lixo domiciliar e de outros resíduos de qualquer natureza;

XIV - ordenar as atividades urbanas, fixando condições e horário para funcionamento de estabelecimentos industriais, comerciais e similares, observadas as normas federais pertinentes;

XV - prestar assistência nas emergências médico-hospitalares de pronto-socorro, por seus próprios serviços ou mediante convênio com instituições congêneres;

XVI - dispor sobre o serviço funerário e cemitérios, encarregando-se da administração daqueles que forem públicos e fiscalizando os pertencentes a entidades privadas;

XVII – regulamentar, autorizar e fiscalizar a afixação de cartazes e anúncios, bem como a utilização de quaisquer outros meios de publicidade e propaganda nos locais sujeitos ao poder de polícia municipal;

XVIII - dispor sobre o depósito e venda de animais e mercadorias apreendidas em decorrência de transgressão da legislação municipal;

XIX - estabelecer e impor penalidades por infração de suas leis e regulamentos;

XX - incentivar nas escolas e postos de saúde municipais, campanhas anuais de orientação e prevenção contra doenças e combate às drogas, fumo e álcool;

XXI - integrar consórcio com outros Municípios para solução de problemas comuns.

Art. 8º - Ao Município compete em conjunto com a União e com o Estado:

I - zelar pela guarda da Constituição, das leis e das instituições democráticas e conservar o patrimônio público;

II - cuidar da saúde e assistência pública, da proteção e garantia da pessoa portadora de deficiência;

III - proteger os documentos, as obras e outros bens de valor histórico, artístico e cultural, os monumentos e as paisagens naturais notáveis;

IV - impedir a evasão, a destruição e a descaracterização de obras de arte e de outros bens de valor histórico, artístico ou cultural;

V - proporcionar os meios de acesso a cultura, a educação e à ciência;

VI - proteger o meio ambiente e combater a poluição em qualquer de suas formas;

VII - prover sobre a defesa da flora e da fauna, assim como dos bens e locais de valor turísticos;

VIII - fomentar a produção agropecuária e organizar o abastecimento alimentar;

IX - promover programas de construção de moradias e a melhoria das condições habitacionais e de saneamento básico;

X - combater as causas da pobreza e fatores de marginalização, promovendo a integração social dos setores desfavorecidos.

XI - registrar, acompanhar e fiscalizar a concessão de direitos de pesquisas e exploração de recursos hídricos e minerais em seu território;

XII - dispor sobre registro, vacinação e captura de animais, com a finalidade precípua de erradicação da raiva e outras moléstias de que possam ser portadores ou transmissores;

XIII - conceder licença, autorização ou permissão e respectiva renovação ou prorrogação para exploração de portos de areia, desde que apresentados, previamente, pelo interessado, laudos ou pareceres do órgão responsável pelo meio ambiente;

XIV - fazer cessar, no exercício do poder de polícia administrativa, as atividades que violarem as normas de saúde, sossego, higiene, segurança, funcionalidade, estética e outras de interesse da coletividade;

XV - fiscalizar nos locais de venda direta ao consumidor as condições sanitárias dos gêneros alimentícios;

XVI - estabelecer e implantar política de educação para segurança do trânsito.

Art. 9º - O Município instituirá, na forma da lei, guarda municipal, destinada à proteção dos bens, serviços e instalações de órgãos e entidades da sua administração direta e indireta.

Parágrafo único - Mediante convênio celebrado com o Estado, através do órgão competente, a polícia militar poderá dar instruções e orientação à guarda municipal, visando a um melhor desempenho na proteção dos bens, serviços e instalações municipais.

SEÇÃO III DOS DISTRITOS

Art. 10 - O território do Município de Viana é dividido em distritos por lei municipal, observado o estabelecido em lei estadual.

Parágrafo único - O distrito é designado pelo nome da respectiva sede, que tem categoria de vila.

Art. 11 - A lei que criar novo distrito definirá seus limites segundo linhas geodésicas entre pontos bem identificados ou acompanhando acidentes geográficos.

Art. 12 - A lei organizará os distritos, descentralizando neles as atividades do governo municipal.

SEÇÃO IV DA DEFENSORIA DO POVO

Art. 13 - A Defensoria do Povo é órgão público dotado de autonomia administrativa e financeira e com funções de controle da administração pública, e suas atribuições, organização e funcionamento serão definidos em lei.

Art. 14 - Na sua primeira sessão ordinária da legislatura, a câmara Municipal elegerá, por dois terços de seus membros, para um mandato de quatro anos, o Defensor do Povo, dentre cidadãos de reputação ilibada, com mais de trinta anos de idade, residente no Município há mais de dez anos, não integrante de nenhum dos Poderes locais, com funções de controle da administração pública e defesa dos munícipes contra ilegalidades e abuso de poder.

§ 1º - O Defensor do Povo terá prerrogativas e impedimentos de Vereador.

§ 2º - O Defensor do Povo terá as seguintes atribuições, entre outras previstas em lei municipal:



CONHECIMENTOS DIDÁTICO-PEDAGÓGICOS

FUNDAMENTOS DA EDUCAÇÃO: CONCEITOS E CONCEPÇÕES PEDAGÓGICAS, SEUS FINS E PAPEL NA SOCIEDADE OCIDENTAL CONTEMPORÂNEA

Fundamentos da Educação¹

A educação deve levar em conta a natureza própria do indivíduo, encontrando esteios nas leis da constituição psicológica do indivíduo e seu desenvolvimento. A relação entre os indivíduos a educar e a sociedade torna-se recíproca. Pretende que a criança aproxime do adulto não mais recebendo as regras de boa ação, mas conquistando-as com seu esforço e suas experiências pessoais, em troca a sociedade espera das novas gerações mais do que uma imitação; espera um enriquecimento.

Caso queiramos proceder corretamente no campo técnico da educação, teremos que a elas recorrer para que não sejamos tentados em nossa ação educativa, a impor modelos, para com que eles, os alunos, se identifiquem. Teremos sim que lhes oferecer situações, experiências que resultem em uma modelagem adequada. Modelagem não estereotipada, mas decorrentes das diferenças individuais de cada aluno.

► Fundamentos Sociológicos

No Brasil, convivem lado a lado, uma Sociologia de Educação cética com relação à ordem existente, baseada em modelo marxista, uma outra baseada em metodologia de pesquisa empiricista e, ainda outra que, rejeitando ambas as abordagens, adota perspectivas de inspiração interacionista, fenomenológica ou etnometodológica. As diferenças entre os referenciais teóricos, os temas tratados e a orientação política são tão grandes que talvez fosse mais correto falar em Sociólogos da Educação.

Nos últimos vinte anos pertencem a Althusser (1970), Bowles e Gintis (1976), Bourdieu e Passeron (1970) e Michael Yong (1971), os estudos que marcaram e delimitaram o campo da Sociologia Educacional. Estes estudos postulam que a produção e reprodução das classes reside na capacidade de manipulação e moldagem das consciências, na preparação de tipos diferenciados de subjetividade de acordo com as diferentes classes sociais.

A escola participa na consolidação desta ordem social pela transmissão e incubação diferenciada de certas ideias, valores, modos de percepção, estilos de vida, em geral sintetizados na noção de ideologia. Os estudos centram-se nos mecanismos amplos de reprodução social via escola.

Num outro eixo, encontramos os ensaios da Nova Sociologia da Educação preocupados em descrever as minúcias do funcionamento do currículo escolar e seu papel na estruturação das desigualdades sociais. A Nova Sociologia da Educação coloca a problematização dos currículos escolares no centro da análise sociológica de Educação.

A Sociologia da Educação, hoje, aborda como tema central de discussão: o papel da educação na produção e reprodução da sociedade de classes. A Educação facilmente descobre que um dos lugares eminentes de sua teoria e de sua prática está no interior dos movimentos sociais. Cabe, pois, a escola o papel de preparar técnica e subjetivamente as diferentes classes sociais para ocuparem seus devidos lugares na divisão social.

Bourdieu e Passeron percebem como essa divisão é mediada por um processo de reprodução cultural. Sabemos que as forças culturais que atuam sobre o comportamento precisam ser conhecidas para um melhor planejamento e, conseqüentemente, melhor ensino. De particular interesse para o processo educativo são os fatores familiares, o grupo de adolescentes a que se filia ("a turma") e a escola.

As condições do ambiente forjam a sua resposta ou reticência, aos estímulos, formando padrões de hábitos que encorajam ou desencorajam as atividades que motivam ou desmotivam a aprendizagem. O comportamento em classe está estritamente relacionado com o ambiente familiar e a sua posição socioeconômica. Fatores estes ocasionadores de procedimentos antissociais ou de extrema instabilidade e falta de amadurecimento.

A "turma" é de vital importância para o adolescente que, ao "enturmar-se", prefere os padrões de seu grupo aos dos adultos, algumas vezes diminuindo até o seu rendimento escolar para satisfazer o seu grupo. O aluno, ser temporal e espacial, vivendo dentro de uma comunidade, pertencendo a um grupo social, participando de instituições várias, possuindo um "status" socioeconômico, para integrar-se aos padrões de comportamento social necessita de um atendimento dentro da sua realidade individual.

A organização de currículos, programas e planejamentos de ensino alienados da realidade social não é de natureza prática e não conduz a motivação. No entanto, como os grandes educadores e pedagogos, deveríamos ir muito além, formando "conceitos humanísticos" que superam dialeticamente o individual e o social para fazer surgir o ser humano integral, dando ao educando condições de adaptação em qualquer tipo de sociedade no tempo e no espaço.

► Fundamentos Psicológicos

Iniciemos situando Educação como o âmbito amplo que abarcaria, numa representação espacial, em círculos concêntricos, a Pedagogia e a Didática, como no esquema que segue.

¹ <https://pedagogiapaaraconcurseiros.com.br/apostila-de-fundamentos-da-educacao/>



AMOSTRA



A Educação compete todos os detalhes, em toda a amplitude das situações que produzem ou provocam aprendizagem. Consideramos Educação como o campo característico da categoria dos humanos, porque a definimos como a esfera das aprendizagens. Ela é característica do humano, uma vez que o homem tem como sua marca definidora o fato de ser um ser de cultura, por conseguinte, um ser que aprende.

Aprender pode ser definido como a forma construída pelo bicho-homem de enfrentamento da realidade que o circunda e que lhe permite sobreviver ou, mais ainda, que lhe permite transformar o seu entorno com vistas a sua felicidade. Em face da complexidade e da amplitude dos fenômenos que regem os atos de aprender, a sua abordagem é intrinsecamente interdisciplinar. Assim, educação se faz obrigatoriamente a partir dos múltiplos enfoques.

No esquema acima, a passagem do exterior ao interior está associada a um movimento cada vez mais especializado, do informal ao formal. Assim, Educação na região exterior à Pedagogia, compreenderia as responsabilidades e as atuações da sociedade como um todo em suas ações (não propriamente intencionais) provocadoras de aprendizagens. Tratar-se-ia da atmosfera que se gera, pelo tipo de organização social e material dos agrupamentos humanos.

Na Pedagogia, restringe-se a amplitude para reforçar a profundidade da abordagem dos fenômenos do aprender. Para explicar a Pedagogia, é útil passar-se à definição da Didática, uma vez que aquela abarca esta.

A Didática é a parte da Pedagogia que se ocupa das aprendizagens complexas que requerem sistematização e organização. A Pedagogia pode ser entendida como o contexto que possibilita a Didática. Ela se ocupa do ambiente que possibilita as aprendizagens mais pontuais e específicas dos campos científicos, que configuram as disciplinas escolares.

A Didática é a ciência que dá conta de fazer com que alguém, não tendo um certo conhecimento, passe a tê-lo; isto é, ela se ocupa da construção dos conhecimentos, na perspectiva construtivista. Porém o que são conhecimentos? Quais suas características definidoras? Quais suas relações com o saber? O que saber e conhecimento têm em comum e em que divergem? Há entre eles precedência ou complementaridade? Estas e outras perguntas serão abordadas, a seguir, através da conceituação e classificação de quatro produtos da aprendizagem.

▪ Produtos de Aprendizagem

Dentre os múltiplos ângulos em que a aprendizagem pode ser analisada, merece importância a caracterização dos tipos de produtos que dela derivam. Propomos o esquema que segue, como síntese de uma abordagem destes produtos.

| | Não Sistematizada | Sistematizada |
|--------------------|-------------------|---------------|
| Não transformadora | Chute | Conhecimento |
| Transformadora | Saber | Práxis |

Consideramos nestes produtos de aprendizagem dois atributos principais: a sua sistematização e a sua capacidade de transformação. A combinatória da presença ou da ausência desses dois atributos caracteriza os quatro espaços deste esquema, isto é, o chute, o saber, o conhecimento e a práxis.

Denominamos **chute** um produto da aprendizagem não sistematizado e não transformador. Chute pode ser tomado como algo aproximado a improviso. Como define o dicionário Aurélio, improviso é um produto intelectual inspirado na própria ocasião e feito de repente, sem preparo.

Observemos que estamos nos atendo à definição de improviso, enquanto produto intelectual sem preparo, que é o chute. Não consideramos, neste contexto, a validade da intuição ou da espontaneidade, que também podem estar embutidas no sentido comumente dado à palavra improviso. Chute, portanto, tem aqui a conotação de algo aprendido muito superficialmente, localizado, sem nenhuma generalização.

Chamamos de **saber** o produto de aprendizagem não sistematizado, mas transformador. Um produto de aprendizagem é transformador na medida em que acrescenta ser a quem aprende, modificando lhe em algo a maneira de viver.

Uma aprendizagem não é sistematizada quando ela é apenas descritiva de etapas de soluções de um problema, sem entrar na análise desta solução. O saber implica num valor capaz de mobilizar energias de quem aprende, a ponto de levá-lo a novas formas de vida.

Chamamos de **conhecimento** um produto de aprendizagem sistematizado, mas não transformador. Uma aprendizagem não é transformadora, quando ela somente instrumentaliza teoricamente de forma desvinculada da prática.

Um produto de aprendizagem não é transformador quando apenas ilustra, sem mover o aprendiz a incorporar nova postura existencial ou nova capacitação prática. Um produto de aprendizagem é sistematizado, quando ele chega à explicação das causas dos problemas enfrentados; e isto de forma organizada. Esta organização pode ser explicitada em livros ou similares, por escrito.

O saber transforma, mas não é sistematizado. O conhecimento é sistematizado, mas não é transformador.

O saber é pessoal; e o conhecimento é social ou socializável, na medida em que pode ser ou é sistematizado. O saber é mais ligado à ação, enquanto o conhecimento é mais ligado à reflexão e à linguagem. O saber tem mais a ver com percepções e movimentos, enquanto o conhecimento tem mais a ver com as palavras.



CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS

PARÂMETROS CURRICULARES NACIONAIS (PCN)

Prezado Candidato, o tema acima supracitado, já foi abordado na matéria de Conhecimentos Didático-pedagógicos. Bons estudos!

BASE NACIONAL COMUM CURRICULAR (BNCC)

Prezado Candidato, o tema acima supracitado, já foi abordado na matéria de Conhecimentos Didático-pedagógicos. Bons estudos!

REFERENCIAL CURRICULAR NACIONAL PARA A EDUCAÇÃO INFANTIL (RCNEI)

PRINCÍPIOS E FUNDAMENTOS

► Princípios e Fundamentos da Educação Infantil no RCNEI

O Referencial Curricular Nacional para a Educação Infantil (RCNEI), publicado em 1998, representa um marco na construção de diretrizes nacionais voltadas ao atendimento educacional de crianças de 0 a 6 anos no Brasil.

Com base na Constituição Federal de 1988 e na Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (Lei nº 9.394/1996), o RCNEI estrutura-se a partir de uma concepção de infância como etapa fundamental do desenvolvimento humano.

Seus princípios e fundamentos orientam a prática pedagógica e a organização curricular na educação infantil, respeitando a diversidade cultural, social e regional do país.

► Concepção de Criança e Infância

O RCNEI parte da compreensão da criança como sujeito histórico, social e de direitos, com capacidades próprias de expressão, comunicação, interação e produção de conhecimento. A infância é vista como uma fase rica em potencialidades, em que a aprendizagem ocorre de maneira integrada, com forte vínculo entre afeto, cognição e corporeidade.

A valorização do brincar, da curiosidade, da imaginação e das múltiplas formas de linguagem são aspectos centrais dessa concepção. Assim, a educação infantil deve proporcionar experiências que respeitem o modo peculiar de as crianças estarem no mundo.

► Princípios Éticos, Políticos e Estéticos

O RCNEI organiza seus fundamentos pedagógicos a partir de três princípios que se entrelaçam:

- **Princípios Éticos:** valorização da dignidade humana,

- **Princípios Políticos:** referem-se à formação de cidadãos críticos, conscientes e atuantes. Isso implica assegurar a participação das crianças, das famílias e da comunidade no processo educativo, garantindo a democratização do acesso à educação e o combate às desigualdades.

- **Princípios Estéticos:** envolvem a sensibilidade, a criatividade, a ludicidade e a valorização das múltiplas formas de expressão. A estética está associada ao prazer de aprender, ao encantamento e à apreciação da diversidade cultural e artística.

► Eixos Norteadores: Interações e Brincadeiras

Dois eixos fundamentais atravessam toda a proposta curricular do RCNEI:

- **Interações:** compreendidas como a base das relações pedagógicas e sociais na educação infantil. São por meio das interações que as crianças constroem significados, desenvolvem vínculos afetivos e compartilham experiências. Isso exige um ambiente acolhedor e organizado de forma a promover a participação ativa e a autonomia das crianças.

- **Brincadeiras:** reconhecidas como linguagem própria da infância, as brincadeiras são centrais para o desenvolvimento cognitivo, social, emocional e motor. Através do faz-de-conta, dos jogos simbólicos, das cantigas e outras manifestações lúdicas, as crianças expressam seus desejos, emoções e compreensões do mundo.

Esses eixos não são atividades isoladas, mas dimensões permanentes da ação pedagógica. Eles devem estar presentes em todas as propostas educativas, planejadas de forma intencional pelos profissionais, de modo a assegurar o direito das crianças a uma infância plena, significativa e alegre.

► Finalidade da Educação Infantil

Segundo o RCNEI, a finalidade da educação infantil não é antecipar conteúdos do ensino fundamental, mas sim garantir condições para que as crianças desenvolvam suas capacidades de forma integral, em seus aspectos físico, psicológico, intelectual e social. A centralidade do cuidar e do educar, indissociáveis, constitui outro fundamento-chave do documento.

► Fundamentação Legal e Teórica

O RCNEI dialoga com diferentes referenciais legais, teóricos e filosóficos, como:

- **Art. 205 da Constituição Federal:** “a educação é direito de todos e dever do Estado e da família \[...\] visando ao pleno desenvolvimento da pessoa”.

- **Art. 29 da LDB:** define a educação infantil como primeira etapa da educação básica, com objetivos voltados ao desenvolvimento integral da criança até 6 anos de idade.



AMOSTRA

Abordagens pedagógicas construtivistas, sócio-interacionistas e culturais que reconhecem o papel ativo da criança no processo educativo.

ORGANIZAÇÃO DO DOCUMENTO

► Estrutura Geral do RCNEI

O Referencial Curricular Nacional para a Educação Infantil (RCNEI) está organizado em três volumes interdependentes, cada um com função específica na composição de um currículo coerente, articulado e fundamentado nos direitos e nas necessidades das crianças de 0 a 6 anos. Essa estrutura visa orientar tanto a formulação de propostas pedagógicas pelas redes de ensino quanto a prática diária dos profissionais da educação infantil.

► Volume 1 – Introdução e Fundamentos:

O primeiro volume do RCNEI apresenta os princípios, fundamentos e diretrizes gerais da educação infantil no Brasil. Nele, encontram-se as bases filosóficas, legais e pedagógicas que norteiam o currículo, bem como a concepção de criança, infância, desenvolvimento e aprendizagem adotadas pelo documento.

Os principais temas abordados incluem:

- A função social da educação infantil.
- A articulação entre cuidar e educar.
- A organização do trabalho pedagógico.
- Os princípios éticos, políticos e estéticos.
- **Os eixos estruturantes:** interações e brincadeiras.
- Orientações para a gestão democrática da instituição.
- A importância da participação da família e da comunidade.

Este volume funciona como fundamento teórico e político para os demais, sendo indispensável para a compreensão global do RCNEI.

► Volume 2 – Formação Pessoal e Social e Conhecimento do Mundo:

O segundo volume trata dos objetivos e conteúdos da educação infantil, estruturados em seis eixos de trabalho que abrangem as áreas de experiência fundamentais para o desenvolvimento infantil. Estes eixos não são disciplinas escolares, mas sim campos de vivência e aprendizagem significativos para as crianças.

Os seis eixos são:

- **Movimento:** desenvolvimento da expressão corporal, controle motor e consciência corporal.
- **Música:** vivência de ritmos, sons e instrumentos como formas de expressão e comunicação.
- **Artes Visuais:** uso de materiais gráficos e plásticos para expressão e apreciação estética.
- **Linguagem Oral e Escrita:** escuta, fala, narrativa e contato com práticas letradas.
- **Matemática:** noções básicas de contagem, classificação, comparação e seriação.
- **Natureza e Sociedade:** exploração do ambiente natural e social, vivências culturais e valores.

Para cada eixo, o documento apresenta:

- Justificativa teórica.
- Objetivos gerais e específicos.
- Conteúdos a serem trabalhados.
- Propostas de atividades.
- Considerações metodológicas.

O enfoque é a organização de situações de aprendizagem significativas e contextualizadas, respeitando os saberes das crianças e suas formas de expressão.

► Volume 3 – Orientações Didáticas para as Diversas Faixas Etárias:

Este volume apresenta propostas pedagógicas adequadas às diferentes faixas etárias da educação infantil, divididas em:

- Crianças de 0 a 3 anos (creche).
- Crianças de 4 a 6 anos (pré-escola).

A proposta reconhece que as necessidades, interesses e capacidades das crianças variam com a idade, exigindo práticas específicas e planejamentos diferenciados. Para cada faixa etária, o volume oferece:

- Orientações para a organização do espaço e do tempo pedagógico.
- Sugestões de materiais e ambientes de aprendizagem.
- Práticas de acolhimento, cuidado e escuta ativa.
- Atividades adequadas a cada eixo de trabalho.

O documento reforça a ideia de que o currículo na educação infantil deve ser flexível, aberto à escuta das crianças, construído a partir de suas experiências e realidades culturais.

► Complementaridade entre os Volumes

A leitura articulada dos três volumes é essencial para uma implementação eficaz das orientações curriculares. Enquanto o primeiro estabelece os fundamentos e os princípios orientadores, o segundo detalha os conteúdos e o terceiro operacionaliza o currículo no cotidiano das instituições.

Essa organização reflete a intenção do RCNEI de promover uma educação infantil com identidade própria, não como preparação para o ensino fundamental, mas como um direito da criança à educação desde os primeiros anos de vida.

EIXOS NORTEADORES E CAMPOS DE EXPERIÊNCIA

► Eixos Norteadores da Educação Infantil: Interações e Brincadeiras

O RCNEI fundamenta sua proposta pedagógica em dois eixos norteadores principais que perpassam todas as práticas educativas na educação infantil: interações e brincadeiras. Estes elementos são compreendidos como estruturantes da ação pedagógica e refletem uma concepção ampliada de infância, na qual a criança é ativa, criativa e participante de seu processo de desenvolvimento e aprendizagem.





GOSTOU DESSE MATERIAL?

Imagine o impacto da versão **COMPLETA** na sua preparação. É o passo que faltava para garantir aprovação e conquistar sua estabilidade. Ative já seu **DESCONTO ESPECIAL!**

EU QUERO SER APROVADO!

